

Mundo Quase-Árido¹

Rondinely Gomes Medeiros¹

¹Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil

Resumo

Neste ensaio percorremos as formas sob as quais os processos colonizadores tomaram o sertão semiárido brasileiro de assalto, desde a invasão armada do século XVII até os recentes empreendimentos industriais, apontando alguns de seus desdobramentos político-epistêmicos e de pressupostos estético-ontológicos. A intenção é mostrar que o semiárido é transformado em uma *wasteland* de forma a se propagar a ideia de que o Nordeste brasileiro precisa ser salvo de si mesmo. Entretanto, os multiformes modos de vida que reexistem por baixo, por dentro e contra o processo de colonização são exemplos de resistências criativas e cosmopolíticas.

Palavras-chave: Sertão. Semiárido. Colonização. Antropoceno. Cosmopolítica.

Abstract

In this essay we go through the ways in which the colonizing processes have assaulted the semi-arid Brazilian backwoods, from the armed invasion of the seventeenth century to the recent industrial enterprises, pointing out some of its political-epistemic unfolding and aesthetic-ontological assumptions. Our aim is to show that the semi-arid was transformed in a wasteland so as to propagate the idea that the Brazilian Northeast needs to be saved from itself. However, the multiform ways of life that exist/resist underneath, inside and against the colonization process are examples of creative ways of resistance and cosmopolitics.

Keywords: Backwoods. Semi-arid. Colonization. Anthropocene. Cosmopolitics.

I Introdução

O interior da parte oriental da porção norte do Brasil é um lugar muito peculiar, não temperado, caracterizado por um regime singular de variações climáticas acentuadas que ressoa em todos os ciclos que constituem a geografia da região: das águas, da vegetação, da maturação e reprodução de espécies animais, da temperatura, das festas, das celebrações religiosas, do cultivo agrícola – permitindo (ou obrigando, a depender do ponto de vista) um acoplamento radical dos entes que lá habitam ao seu regime de mutualidade intensiva. Trata-se do **semiárido**, área geográfica que abrange pouco mais de 10% do território brasileiro², cujo clima quente e bioma idiossincrático têm sido tomados como hostilidades inaceitáveis das forças telúricas ao esforço de domesticação do espaço que são a agricultura e a indústria modernas. Por outro lado, tem sido também o espaço onde se criam formas diversas pelas quais comunidades de caboclos da região coexistem com as variações extremas dos ciclos do seu bioma, a Caatinga, rejeitando os modelos baseados no monopólio antrópico do espaço e se dedicando à experimentação de modos múltiplos e recíprocos de enfrentar, aproveitar e colaborar – de, numa palavra, conviver.

Experimentar é um verbo recorrente no vocabulário dos diversos coletivos de camponeses dessa porção interiorana, empunhado tal qual uma arma léxico-prática no enfrentamento da forma avassaladora com que a agricultura empresarial tem determinado o espaço da região. Dentre os exercícios frequentes desses coletivos há aquele que eles chamam de **intercâmbios de experiência** – ocasiões em que grupos de lugares diferentes se interpenetram, trocando entre si imediatamente, por assim dizer, saberes e práticas usuais camponesas.

Tais grupos denominam-se de forma genérica como **agricultoras e agricultores experimentadoras** (Freire; Falcão, 2013), isto é, que (re)inventam e (re)descobrem e multiplicam práticas de agriculturas alternativas em relação à monocultura latifundiária, baseadas no que eles chamam de princípio da **convivência com o semiárido**, uma relação de reciprocidade radical com as diversas condições do bioma.

Essa mutualidade contingente acentua o contraste de tais experiências com o modelo geral – diríamos a **episteme** – da agricultura colonialista: a **necessidade** da colonização. Em todos os aspectos, as experiências desses grupos enfrentam, com sua **contingência** furta-cor, as afirmações necessárias das – digamos – propriedades extensivas do projeto colonial: contra a monocultura extensiva, a agrobiodiversidade intensiva; contra o império do excedente de mercado, a suficiência da alimentação familiar e das feiras populares; contra a toxicomania de adubos químicos e venenos, o aproveitamento e o estímulo às interações dos seres da terra; contra a catequese da assistência técnica, a pedagogia horizontalizada dos intercâmbios; contra a imposição de grandes obras de engenharia ambiental, a invenção e multiplicação de técnicas moleculares de convivência...

Para continuar na pista dessa oposição feroz, convém tentar estabelecer um campo ao qual tais experimentações se opõem. Vamos chamá-lo, para contemplar sua vastidão conceitual, de **projeto colonial**, considerando com isso aquele agenciamento político que caracteriza a faixa de ações, que, para ficar no caso do semiárido brasileiro, vão das entradas e da conquista armada do século XVII até a recente imposição da transposição do Rio São Francisco e que obedecem ao princípio legislador da determinação unilateral, antropocêntrica do espaço: no semiárido, o projeto colonial – o fundamento axiológico do mercado e de sua governamentalidade – baseia-se na pretensão política de ocupação do espaço para determinar materialmente e de forma unidirecional a constituição da **paisagem**. Dada a frequência de sua aparição nas narrativas do sertão, de fato é de paisagem que a colonização quer tratar.

O sentido objetivo da colonização, salientado por mil historiadores da economia³, é uma seta apontada unicamente para fora, na direção

da Metrópole; acrescentemos aqui a esse sentido econômico o sentido inverso, cosmético, em direção à terra: é a violência direcionada para a terra que dá propulsão ao sentido da colonização como uma tentativa de transcendentalizar a própria terra. Antes de tudo colonizar é desterrar: se a era do Homem – a Modernidade – é coetânea ou, o que é mais provável, tributária da descoberta do Outro – que é a Colonização – a medida política dessa era é um Desterro fundacional. O Homem, consciência do encontro com o Outro, nasce desterrado. O que o Sujeito transcendente – o agente universal – exige para nascer é que se negue a terra, que se faça de sua Autoridade a única cosmopolítica – o único modo possível de organizar o mundo, negando, por repressão ou eliminação, as outras variações do mundo. Tal programa não está menos do que explícito na obra que consagrou o ícone antropocêntrico, o Fausto, de Goethe. Os dois últimos atos da obra delatam o ímpeto colonizador do homem moderno: cansado do tédio da história humana, Fausto está fascinado pela possibilidade de tomar do mar “que se move sem nada realizar” suas energias e fazer do litoral um paraíso na terra. No final de seu empreendimento, que extermina o casal Filêmon e Báucis, últimos exemplares dos humanos pré-modernos, Fausto, cego, ouve os sons da escavação de sua sepultura enquanto é convencido por seu demônio de que aquela é a conclusão de sua paisagem.

Essa seta dupla, uma ponta para fora extraindo as riquezas, e outra para a terra determinando-lhe violentamente a forma, ilustra bem o caráter interminável do projeto colonizador – a cada necessidade de acoplamento a qualquer sistema econômico – a cada acumulação primitiva em curso – surgirá uma paisagem a ser configurada: isso está no engenho e na fazenda de gado da colônia, assim como nas hidrelétricas da Amazônia e nos investimentos em *commodities* com que hoje em dia o mesmo projeto se apresenta sob o nome de desenvolvimento.

A empreitada colonizadora começa no mesmo momento em que a Europa acerta os últimos detalhes para o nascimento da Natureza, aquela de onde se pode extrair, com os aparelhos corretos, a verdade: no novo mundo, ao estupor da visão do paraíso seguiu-se pari passu um processo irreversível, desenfreado e catastrófico de engenharia ambiental similar à engenharia social das reduções jesuíticas – uma

catequese da terra, uma tentativa de domesticação das forças do solo, por delimitação, adequação, eliminação, valoração, monetarização; esforço de **determinação material da paisagem**. Enfim, um mundo novinho em folha para ser configurado, com toda sorte de brinquedos do parque humano: *plantations*, rodovias, aldeamentos, hidrelétricas, pastos, asfaltos, estacionamentos, engenharias.

A **paisagem** é o nome precário para esse preconceito no qual o Adão fáustico – o colonizador – subsume as multiplicidades, as interações e os interesses do mundo ao seu prazer de capturar e determinar. A **paisagem** é o terreno no qual vai passar o trator do processo civilizatório. Muito depois de Fausto colonizar a Europa e depois que a Civilização havia feito imensas clareiras nas florestas do novo mundo, Heidegger consagra a natureza como aquela “[...] que se precipita sobre nós e nos cativa como paisagem [...]” (Heidegger, 1993, p. 388), que é histórica porque é paisagem, isto é, uma porção de espaço passível de ser historicizada. Por isso mesmo, a violência das técnicas de colonização (extração, escrituração, desmatamento/desindianamento, escravização, título de propriedade, remoção de comunidades, soberania nacional, geoengenharia, subordinação científica) está no próprio movimento de impressão no novo mundo das formas do velho mundo, cuja autotitulação lhe concede a autoridade pedagógica: “A floresta é reserva, a montanha, pedra, o rio, represa” (Heidegger, 1993, p. 70). Em cinco séculos de reprodução da didática colonial, a exploração da terra pelo Homem, essa terapia de extração da verdade da Natureza, gerou seu puro excedente: as riquezas da terra, o cobiçado correspondente material do desterro político da terra. Em um salto intuitivo que algum historiador ou economista contestaria, diríamos que o exercício dessa **vontade de ordenar** a paisagem permitiu o acúmulo primitivo de transcendência, fortaleceu o Sujeito universal, que, ao que tudo indica e 97% dos artigos científicos sobre o assunto apontam⁴, de tanto determinar e imprimir suas formas, acabou dando forma àquilo que pode impedir sua forma de existir. De tanto representar(-se), terminou por ser colocado no lugar que representa em vez do representado⁵. O mundo do Homem foi então engolido por sua (do Homem) representação de mundo, o projeto paisagístico da

cena humana terminou no **anfiteatro antropocênico**, no qual, pela mais insuspeita ironia, ele não encenará sua apoteose.

Com isso em conta, o Antropoceno é a magnitude luminosa do mapa desenhado arduamente pelo esforço colonizador? É o *mysterium tremendum et fascinans*, a deslumbrante e terrível visão, desde o mirante da nau, das nove paisagens limítrofes do mais novo mundo⁶? Pode ser também a Acumulação Definitiva do Capital?

2 A Invenção do Sertão

Alguns dos elementos fundamentais que deveriam ser dóceis a essa determinação material do espaço permanecem, entretanto, inevitavelmente desobedientes ao quadro geral. No final do século XIX, Euclides da Cunha, repórter da primeira guerra de colonização da recém-instaurada República, dedicou mais de 60 páginas de suas crônicas a um relato geo-histórico do semiárido, recheado por um clamor martelar diante do “aspecto estranho e atormentado da terra”, deste lugar onde “não se podia fixar” – aspecto que é, na mais bela de suas formulações, “o traço melancólico das paisagens”. Era o sertão que se insurgia – ou, como Euclides sugere sobre a efusiva multiplicidade do lugar: os sertões; com suas imensidades e intensidades, pedra no caminho da História, refratário à catequese e ao domínio; como uma rebelião – “desenterram-se as montanhas”.

Inalcançável desde a etimologia, o sertão é o nome do espaço da promiscuidade das categorias que domesticam a terra, irrupção poética do contínuo trabalho de diferença e repetição que a mesma terra opera e que a antropolítica ocidental chama de barbárie, de anomia, de desgoverno. Na própria *Carta do Descobrimento*, quando ainda nem existia Brasil, já havia *sertão*, denominando aparentemente o desconhecido território imediatamente posterior à faixa litorânea: “[...] o sertão foi brasileiro antes de o Brasil ter sido batizado” (Bartelt, 2003, p. 586). Sertão: o nome do perigoso indeterminado, do que não se pode medir objetivamente, o temor do subtropical, o depois do tropical, o hipertropical, o real do mundo.

A paisagem do sertão amedronta porque a constituição da paisagem é a ação de guerra própria da história da colonização moderna

e o sertão confunde a divisão molar entre natureza e cultura em que ela se baseia. Danilo D. Bartelt sintetiza os usos da palavra **sertão** no século XIX com a seguinte síncope: “A violência do sertanejo provém da sua natureza bruta... que é por sua vez produto da natureza ingrata da caatinga. No sertão a Cultura é a Natureza, evidentemente oposta à Civilização” (Bartelt, 2003, p. 587).

Geralmente, ligada aos tradicionais elementos da Natureza (estado selvagem, transcendente, anterior, não-humano), a paisagem do sertão comportaria, no próprio registro da máquina colonizadora que a nomeia, também aqueles outros elementos contingentes, sociais, discursivos, do polo da Cultura – as pessoas e seu mundo, de traços pitorescos, a serem catequizados.

Para civilizar o sertão, no entanto, faltou combinar com o sertão.

- Violenta e bárbara, a essa sociedade confusa de pedras gigantes e planícies imensas, árvores que adormecem e depois renascem, rios uns dias rios e outros leitos secos, e – pior – gente que no dizer do Visconde de Uruguai “[...] vive nas nossas Províncias cobertas de matas e serras em hum certo estado de independência, e fora do alcance da ação do Governo [...]” – a essa sociedade é atribuída uma falta que é um excesso, falta intuitivamente impossível de aparar. Insegura associação que “[...] imbuída em perigosas ideias de huma mal entendida liberdade, desconhece a força das Leis”⁷.
- A paisagem (isto é, o mundo-sertão) é percebida como violenta principalmente porque é hostil à violência da colonização; os seus habitantes são violentos porque são escorregadios à força das leis. A eficácia da violência colonizadora depende de que os entes estejam docilmente indiferenciados **dentro** da divisão categórica em que foram enfiados, ao que os existentes respondem com a barbárie, isto é, modificando sua diferenciação **entre** as opções da divisão categórica. O sertão poderia até ser o nome dado a uma estratégia terrana – na acepção que tem sido usada nos debates que animaram este colóquio – que, em vez de indiferenciação, ensaia uma transdiferenciação, ou seja, uma diferenciação por meio, como *sói* aos bárbaros. Isso

se insinua na mais interessante das propostas de etimologia da palavra, segundo a qual *Sertão* vem de *sertanus*, derivado de *sertum*, particípio passado de *sero*, *serui*, *sere*: **entrelaçar**, **entrançar**; ou seja, **confundir**, **transdiferenciar**. Se a colonização, essa paisagística do desenvolvimento, planejava o desterro da terra, o sertão chegou para desterritorializar o desterro. O sertão explica para confundir e confunde para esclarecer. Desde o começo da colonização do sertão, pois, a história é história pós-colonial.

- Essa transdiferenciação pode ser mais bem compreendida por meio do conceito cunhado por Araripe Jr. de “obnubilação brasílica”, o “[...] excesso de luz solar que cega, metáfora para as imposições do rude ambiente tropical que obriga os indivíduos a jogar fora a bagagem da tradição de modo a se adaptar” (Nodari, [2019], p. 3). Araripe Jr. assim descreve esse movimento:

Dominados pela rudez do meio, entontecidos pela natureza tropical, abraçados com a terra, todos eles se transformavam quase em selvagens; e se um núcleo forte de colonos, renovado por contínuas viagens, não os sustinha na luta, raro era que não acabassem pintando o corpo de jenipapo e urucu e adotando ideias, costumes e até as brutalidades dos indígenas. (Nodari, [2019], p. 3)

Uma virada. Que, aliás, não é só lógica porque não é só outra forma de compreender o lugar, nem só ontológica, porque não se trata da estratégia de transformar-se em outro ente do mesmo mundo, mas virada cósmica, porque é a súbita manifestação do mundo no indivíduo, o ponto de vista em cuja reviravolta o sujeito da ação está distribuído de forma contínua no traço do mundo, por exemplo, nas primeiras e sintomáticas aparições do caboclo em *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, que surge como mais uma das pedregosas curvaturas do agreste, com traços continuados dos traços do espaço, com pedras nos bolsos, couro solar, mãos espinhentas... Daí que a expressão mais atávica do tropical, o sertão, que é o estômago do mundo, transdiferencia, deglute quem lhe dá nome: **torna índio**⁸.

Entre os diversos elementos indomáveis do sertão do semiárido, o mais maldito, o cangaço da terra, aquele que mais ofende as pretensões de capitalização é o fenômeno da estiagem – o aumento vertiginoso da temperatura média e da evapotranspiração e a ausência de chuva durante pelo menos seis meses do ano. De tempos em tempos, esses períodos de estiagem se prolongam uns nos outros, atravessando dois ou três anos de chuvas ainda menos frequentes, o que constitui o quadro da seca. Frente à necessidade de uma estabilidade climática e da abundância perene dos assim chamados recursos naturais para a promoção do seu crescimento econômico, o projeto colonizador encontra aí uma limitação intransponível – na estiagem os seres se tornam menores, se encolhem, desaceleram, desaquecem suas economias: os rios param de correr, as árvores se despem pra guardar sua água e proteger o solo, assim como os homens e mulheres também protegem a água da avareza solar, as pedras esquentam e os animais se escondem debaixo da terra. A terra subdesenvolve⁹.

Como bem admite, mais uma vez o Euclides, e boa parte da literatura do semiárido depois dele, tal lugar toma barbaramente de assalto o ímpeto civilizador.

3 Nordeste: o combate ao sertão

Se o sertão insurge (proteiforme: caboclos e pedras, sol e caatinga), o colonizador opta por melhorar suas tecnologias. E contra o sertão seco do semiárido ele inventou a famosa máquina de guerra chamada Nordeste.

Entre 1877-1879, mais de 150 anos depois de os bandeirantes terem supostamente exterminado os índios da região, uma catástrofe ecossocial varreu o semiárido brasileiro: uma seca de dois anos consecutivos desarrumou completamente a cartografia colonial daquela região, baseada em latifúndios e mão de obra escrava. Mais da metade da população rural emigrou, uma parte morrendo de inanição no caminho, a outra provocando algo parecido com um apocalipse zumbi nas maiores cidades, onde eram, quando não mortos, escravizados ou vendidos como força de trabalho para o então em curso ataque colonizador da Amazônia.

A partir daí, a fim de redomesticar a região – porque o desenvolvimento não para – foi se construindo um objeto político para definir esse grande Outro avesso ao projeto colonial, cuja metrópole agora era nacional. Engendrado para fins bélicos, Nordeste é o nome que se dá para a região onde atuará, a partir de 1909, o órgão criado para evitar desastres como aquele, com o curioso nome de Inspetoria Federal de Obras **Contra** as Secas, que depois se assumiu Departamento Nacional de Obras de **Combate** às Secas.

O espaço Nordeste é, portanto, inventado como uma arma cartograficamente sobreposta e em combate contra o bioma do semiárido; depois do Nordeste, o sertão, lugar condenado por sua indocilidade, se torna, pelo combate à terra, passível de salvação.

Essa operação teológico-política de salvação do Nordeste – isto é, de desterro do sertão – inclui as mesmas armas clássicas da colonização (concentração de terra, pecuária extensiva, exploração do trabalho), melhoradas com as últimas tecnologias de desenvolvimento sustentável: barragens, transposição de bacias hidrográficas, agroindustrialização, mineração, instalação de torres de energia eólica em terras de pequenos posseiros, entrega de terras públicas para empresas de produção de sementes transgênicas, envenenamento e salinização do solo e dos frágeis cursos d'água – enfim, a técnica máster do antropoceno que é a desertificação. Entre os principais troféus desse **combate à seca** estão a invenção do campo de concentração para abrigar retirantes, em Fortaleza, na passagem do século XIX ao século XX, cuja paisagística é muito bem ilustrada em *O Quinze*, de Rachel de Queiroz, e o recente estado do rio São Francisco, à beira de ser evaporado pelo aquecimento da economia. A paisagem por salvar (maneira menos elegante de dizer 'mundo por configurar') é a mesma terra a ser devastada.

Entretanto, de dentro do tétrico Nordeste irrompem, como o recalque da terra devastada, desde os primeiros relatos de seca, no século XVII, e até recentemente, personagens antropocênicos inesperados: primeiro os índios, que haviam sido expulsos e/ou confinados e que retornavam para retomar seu mundo, depois os retirantes – “índios tornados pobres”, como muito adequadamente Eduardo Viveiros de Castro tem explicado a mobilidade social própria do progresso brasileiro

nos últimos decênios –, que saqueavam fazendas e vilas, comboios de mantimentos enviados pelo governo, depósitos onde se guardavam esses mantimentos ou propriedades que concentravam o acesso a água e alimentos; eram coletivos insurgentes, sem organização hierárquica, que exercitavam às vezes improvisadamente, à maneira dos *black blocks*, suas capacidades de redesenharem a cosmopolítica. O saque ficou marcado na história das secas do Nordeste como a expressão do trauma refundante, a aparição selvagem, errática e assombrosa do reprimido, a manifestação política paroxística e equivalente oposta ao projeto colonizador-desenvolvimentista, a irrupção estético-política, o modo como os povos do semiárido se relacionam com as políticas de desterro e salvação, apropriando-se daquilo que os auxilia na dinâmica de convivência e rejeitando as formas messiânicas. Como acontecimento e como organização, o saque é a expressão político-atávica dos agenciamentos sociotécnicos que têm na convivência o modo indígena de estar no sertão.

4 Morte e Vida Semiárida

A salvação do Nordeste, isto é, a devastação do semiárido, depende de uma disposição espiritual cuja versão folclórica é muito difundida no Brasil: a da resistência como **anima** do Nordeste. Desde que o sertanejo ficou sendo, antes de tudo, um forte, o nordestino, seu duplo, é o típico homem que resiste às agruras da natureza estéril, o homem-contra-o-mundo, o homem fatigado da existência material, destinado à salvação, portanto.

Nem todo mundo, porém, resiste à mesma coisa.

Desde a década de 1990, coletivos de camponeses têm se apropriado do termo **semiárido** para identificar outro paradigma, à maneira dos saques, de relacionamento com o lugar a que o Nordeste havia sido sobreposto, baseado na reciprocidade socioambiental, que não **resiste às**, mas **coexiste com** as outras sociedades que compõem o mundo. Se o nordestino é o produto da colonização que resiste ao semiárido, os povos do semiárido são os que resistem à colonização, são os que apostam em resistir à resistência à terra – subsistência.

O semiárido é, antes de tudo, o nome que esses coletivos dão a um emaranhado de processos que envolvem clima, povo, arte, vegetação, política, religião, solo, radiação solar, história, estórias, água... Dado que a economia que enxerga em sua paisagem do semiárido um excesso de natureza é a mesma economia que inventou a imagem da escassez extrema de água, da aridez pura, que justifica os projetos megalômanos, a primeira e fundamental característica dos movimentos que participaram da re-irrupção do semiárido é sair desse jogo excesso-escassez por meio da suficiência característica das invenções do/as agricultore/as experimentadores/as, que subvertem os termos em que se pauta o desenvolvimento, estabelecendo redes que multiplicam, reinventam e desdobram as experiências: adivinhação da chegada da chuva pela decodificação dos sinais dos outros seres; invenção de aparelhos para captar e guardar a água da incerta chuva; acompanhamento da seleção natural e salvaguarda da diversidade das sementes nativas; evidenciação e promoção de consórcios interespecíficos, como entre os restos de matéria orgânica, micro-organismos, minhocas, formigas, solos e cultivares; manutenção de fundos financeiros rotativos solidários, que sequestram da moeda o seu poder de regente do mundo; modelagem do “arredor-de-casa” – pequenos cultivos diversificados no entorno da residência, geralmente cuidados por mulheres; realização de intercâmbios de experiências, com trocas de experimentos articuladas horizontalmente, como que a reclamar que uma tal cosmopolítica não se presta à assistência técnica, etc. Diante do modelo homogeneizador e somatório do agronegócio, esses experimentadores do semiárido operam por algo como uma adição com o sinal de menos, isto é, a proliferação de práticas e políticas da terra similares e diferenciadas, sem um modelo prévio ou uma norma transcendente; uma concepção de experiência como usina de técnicas diferenciais que partem da observação gradual do comportamento dos seres de cada lugar específico e da experimentação de procedimentos desde o ponto de vista das interações desses seres.

Como outras sociedades não modernas, os camponeses do sertão derivam diferenças – multiplicam as veredas – equivocando os termos da constituição da paisagem onde foram jogados: se a civilização

catequiza para que se resista às intempéries da natureza, no sertão, são os elementos mesmos da civilização (o latifúndio, o patronato, a monocultura tóxica) aquilo ao que é preciso resistir; e aquilo que no recorte colonizador é a paisagem natural, unidimensional e homogênea, para os camponeses do sertão é a rede de trocas e de multiplicação da ocupação infinitesimal do espaço; passa-se do regime modelar de meia (isto é, do regime de distribuição da terra em que um proprietário cedia porções de terra aos trabalhadores-moradores em troca de metade da sua produção de alimentos) ao regime fractal de mutirão (observação e experimentação desde a interação entre os seres em cada experiência, interação entre os camponeses de um mesmo território nos trabalhos de limpeza, plantio e colheita, interação entre grupos de diversos territórios nos intercâmbios etc.).

Para a máquina de guerra, que é o Nordeste, e para a indústria da seca, os povos que reabilitaram o Semiárido, que sempre o fizeram, e que devido à angústia do clima tornam-se urgentemente visíveis, respondem tomando de assalto e desorganizando esses campos de ação, com essas que podemos chamar de guerrilhas, linhas de fuga ou invenções do mundo, e que os camponeses têm chamado de **experiências**. As experiências no Semiárido são armas no combate ao combate à seca. Contra a paisagística colonial, a interação selvagem – porque é disso que se trata na irrupção do sertão, de resistir à violência unilateral do colonizador, agenciando fingidamente por meio do próprio agenciamento do colonizador, isto é, aliando-se sorrateiramente com os outros elementos daquilo que o colonizador chama de paisagem – até mesmo pedras, como de costume. Chamemos isso, num linguajar deleuziano, de diferenciação por interagenciamento, isto é, aproveitamento multilateral dos resultados das interações interespecíficas – porque afinal, mastiguemos Deleuze: tudo é devoração. No sertão, a terra não é paisagem, é selvagem. A estiagem é a derivação macrocós mica das moleculares intermitências que constituem o sertão. E contra o combate à seca que supõe poder barrar as interrupções, a operação é de deixar fluir as intermitências.

5 Experiência-sertão

Viver de e por tais experiências é um plano audacioso no semiárido, porque comporta o perigo imanente da subsistência, o perigo do sertão do mundo, a possibilidade iminente de não ser: o semiárido é, propriamente falando, o quase-árido, um distanciamento infinitesimal da docilidade produtiva e uma aproximação infinitesimal do deserto e da inviabilidade da existência.

A quase-aridez é o plano de imanência que suscita e interconecta as técnicas de convivência desdobradas pelos diversos coletivos do semiárido: interação das cactáceas espinhentas com a pouca umidade do ar, dos córregos intermitentes com seu leito arenoso onde são escavadas as cacimbas, dos calangos de sangue-frio com os lajedos de corpo quente, dos bodes com as serras, dos saqueadores com o/as agricultore/as experimentadore/as.

A quase-aridez é a imaginação política do sertão, seu ato de desobediência civil, anunciado pelas montanhas que impressionaram o jornalista de guerra Euclides da Cunha, ao modo dessa ameaça que se anuncia nas pedras que cercam o Rio de Janeiro. A quase-aridez é o levante anarquista e a resistência criativa que se expressam nas interações entrecortadas dos entes do sertão: chuvas que não se sabe quando voltam, rios que a qualquer momento vão secar, árvores que se despem de suas folhas para não morrerem; inconstância da terra selvagem que indica, de forma indócil, um mundo porvir, mas que, como misteriosamente sabia Guimarães Rosa, já está em toda parte.

Notas

¹ Este texto foi apresentado, com algumas variações desimportantes, no Colóquio Internacional *Os Mil Nomes de Gaia: do Antropoceno à Idade da Terra*, realizado entre 15 e 19 de setembro de 2014, na Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro. Ele não poderia ter surgido sem o auxílio direto e providencial de José Márcio F. Fragoso, Alexandre Nodari e Marco Antônio Valentim. Devo as principais ideias aqui articuladas à leitura de *Há mundo por vir: ensaio sobre os medos e os fins*, livro cactáceo de Deborah Danowski e Eduardo Viveiros de Castro, e aos anos de vivências e aprendizado com comunidades camponesas no sertão da Paraíba – e em particular ao pensamento vivo e inquieto de Heleno Bento. Tal bricolagem explica, embora não justifique, os saltos e chistes nas referências ao longo dos parágrafos. Obviamente, nenhum desses amigos a quem minha gratidão se dirige é culpado pelas interpretações oblíquas e pelas gambiarras espalhadas neste precário improvisado.

- ² Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/semiarido.shtm>.
- ³ É já clássico o ensaio *Sentido da Colonização* que abre uma das obras seminais da historiografia colonial brasileira do século XX, *Formação do Brasil Contemporâneo* (Prado Jr, 2011, p. 13-31).
- ⁴ Consensus Project, disponível em: <https://www.skepticalscience.com/global-warming-scientific-consensus-intermediate.htm>.
- ⁵ “[...] surpreendente rebaixamento das duas grandes formas **condicionantes** da sensibilidade [tempo e espaço] ao estatuto de formas **condicionadas** pela ação humana” (Danowski; Viveiros de Castro, 2014, p. 17).
- ⁶ O primeiro desenho dos nove limites, disponível em: <http://www.nature.com/nature/journal/v461/n7263/full/461472a.html>.
- ⁷ Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro, de 1840. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil>.
- ⁸ Evidentemente não nos referimos a “índio” como **identidade** étnica, mas, seguindo a sugestão da “obnubilação brasílica” de Araripe Jr., como o modo de subjetivação do sertão. Se “sertão”, como vínhamos dizendo, é, no registro da máquina colonizadora/civilizatória, o nome para o agenciamento coletivo (multi-inter-determinado) de linhas de força naturais e culturais, irredutível à síntese civilizatória, “índio” é, também nessa máquina, o nome do modo-de-vida humano que, para o processo civilizatório, seria “primitivo” por não se “distinguir” radicalmente da “natureza”, por **agenciar com** as “forças naturais” (cosmopolítica) em vez de **agenciar as** forças naturais (economia política). Residiria aí o que dissemos ser a manifestação do mundo no indivíduo. Não é à toa que, nesse mesmo registro civilizatório, “índio” seja pejorativamente o “primitivo” (a ser educado, catequizado, civilizado) e paternalisticamente o “puro” (a ser isolado, preservado), assim como sertão é “pura natureza” (a ser saudosamente evocada), porém “perigosa” (a ser governada e desenvolvida). Por um lado, a identidade étnica serve com justeza para lidar com os aparelhos de Estado, no sentido de reivindicar a reversão de pautas dos povos indígenas em políticas públicas (pautas, aliás, que não são emanações “naturais”, mas modos de enfrentamento às ameaças que os próprios mecanismos estatais-civilizatórios representam para os povos indígenas; por exemplo, não se reivindica demarcação de terras senão como modo de evitar a invasão de seu espaço vital). Contudo, é o devir-índio que impede que os aparelhos de Estado capturem os modos de vida em identidades catalográficas. Em outras palavras, a resistência dos povos indígenas, dos que sempre foram índios, em vez de significar que “ainda existem índios”, aponta para a possibilidade de “tornar-se índio”. Nesse sentido, nas últimas décadas, os movimentos de resgate identitário dos chamados povos tradicionais do semiárido (indígenas, quilombolas, camponeses...) são estratégias de resistência criativa diante das ameaças advindas com os reincidentes processos de “modernização” (daí resultarem em lutas por demarcações territoriais e outras políticas públicas que garantam e promovam seus modos de vida); mas também, **como movimentos**, são atualizações sucessivas desse processo não capturável que é o “tornar índio” do sertão – ainda que como **identidades** corram o risco permanente de entrarem em um perigoso estado de dependência.
- ⁹ No sentido do devir-sub com que Flávia Cera analisa magistralmente o projeto *Subterrânia*, de Hélio Oiticica: “Uma forma de vencer o super, o que oprime, reprime, despotencializa e persegue” (Cera, 2012, p. 61).

Referências

ALBUQUERQUE Jr., Durval M. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BARTELT, Dawid D. Palavras Secas: o discurso sobre o sertão no século XIX. In: ROCHA, João Cezar de C. **Nenhum Brasil Existe**: Pequena Enciclopédia. São Paulo: UniverCidade, 2003. p. 585-592.

CERA, Flávia. **Arte-Vida-Corpo-Mundo, segundo Hélio Oiticica**. 2013. 222 p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Literatura, Florianópolis, 2013.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões (Campanha de Canudos)**. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (1902).

DANOWSKI, Deborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins**. Florianópolis: Cultura e Barbárie/ISA, 2014.

FREIRE, Adriana G.; FALCÃO, Fernanda C. de O. Agricultoras e Agricultores-Experimentadores: protagonistas da convivência com o semiárido. **Agriculturas**, [S.l.], v. 10, n. 13, set., 2013. Disponível em: <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Artigo-5.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2014.

GOETHE, J. W. von. **Fausto: uma tragédia**. Tradução de Jenny Klabin Segal. São Paulo: Editora 34, 2004 (1832). 2 v.

HEIDEGGER, M. **Ser e Tempo**. Tradução de Márcia de Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis: Vozes, 1993.

NODARI, Alexandre. **Modernismo obnubilado**: Araripe Jr. precursor da Antropofagia. [2019]. Disponível em: <http://www.culturaebarbarie.org/NodariPUC.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2014.

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**: Colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011 (1942).

QUEIROZ, Rachel de. **O quinze**. 70. ed. São Paulo: Siciliano, 1993 (1930).

TEÓFILO, Rodolfo. **A fome**: cenas da seca no Ceará. São Paulo: Tordesilhas, 2011 (1890).

Recebido em: 14/10/2017

Aceito em: 07/02/2018

Rondinely Gomes Medeiros

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

E-mail: rondinelysm@gmail.com